

**LIVRO DE
QUESTÕES**

CESPE

**LIVRO DE
QUESTÕES**

CESPE



EXPEDIENTE

Autores

Carlos Alexandre Quiqueto
Carlos Vicente Coutinho Neto
Diego Pureza
Fernando Paternostro Zantedeschi
Giancarlo Aquila
Greice Aline da Costa Sarquis Pinto
Katiuska W. Burgos General
Letícia Veloso
Mariela Cardoso
Natasha Mirella Melo Costa
Ricardo Bispo Razaboni Junior
Sara Martins de Oliveira
Silvana Guimarães Ferreira
Tatiana de Souza Carvalho
Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

CESPE / [Carlos Alexandre Quiqueto]...[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.

382 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-05-4

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Problemas, questões, exercícios 3. Centro de Seleção e de Promoção de Eventos I. Quiqueto, Carlos Alexandre

CDU 35.08(079.1)

18-0273

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT012-B-19-CESPE

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova Concursos, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão.

Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha. Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos Cursos Online. A teoria ensinada em nossos Cursos junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro.

A meta é estudar até passar!

SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático.....	47
Matemática Financeira.....	67
Informática	79
Língua Inglesa	103
Conhecimentos Gerais e Atualidades	117
Administração Geral	129
Arquivologia.....	143
Administração Financeira e Orçamentária	153
Contabilidade	169
Estatística.....	177
Direito Administrativo.....	185
Direito Constitucional.....	203
Direitos das Pessoas com Deficiência	221
Direitos Humanos	231
Direito Civil.....	243
Direito Processual Civil	257
Direito Penal.....	277
Direito Processual Penal.....	287
Direito do Trabalho	305
Direito Processual do Trabalho.....	317
Ética no Serviço Público	329
Normas Aplicáveis aos Servidores Federais	339

LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a Autora

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp

1. (PCJ-MT – DELEGADO SUBSTITUTO – CESPE – 2017)

Texto CG1A1AAA

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desigualava-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social. Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cármem Lúcia Antunes Rocha. **Comentário ao artigo 3.º.** In: *50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios*. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

Compreende-se do texto CG1A1AAA que o ser humano tem direito

- a) de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies.
- b) de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses.
- c) de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos.
- d) à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros.
- e) a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

2. (PCJ-MT - DELEGADO SUBSTITUTO – CESPE – 2017)

Texto CG1A1BBB

Segundo o parágrafo único do art. 1.º da Constituição da República Federativa do Brasil, "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juízes emana do povo e em seu nome é exercido. A forma de sua investidura é legitimada pela compatibilidade com as regras do Estado de direito e eles são, assim, autênticos agentes do poder popular, que o Estado polariza e exerce. Na Itália, isso é constantemente lembrado, porque toda sentença é dedicada (intestata) ao povo italiano, em nome do qual é pronunciada.

Cândido Rangel Dinamarco. **A instrumentalidade do processo.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 195 (com adaptações).

Conforme as ideias do texto **CG1A1BBB**,

- a) o Poder Judiciário brasileiro desempenha seu papel com fundamento no princípio da soberania popular.
- b) os magistrados do Brasil deveriam ser escolhidos pelo voto popular, como ocorre com os representantes dos demais poderes.
- c) os magistrados italianos, ao contrário dos brasileiros, exercem o poder que lhes é conferido em nome de seus nacionais.
- d) há incompatibilidade entre o autogoverno da magistratura e o sistema democrático.
- e) os magistrados brasileiros exercem o poder constitucional que lhes é atribuído em nome do governo federal.

3. (PCJ-MT – DELEGADO SUBSTITUTO – CESPE – 2017)

Texto CG1A1CCC

A injustiça, Senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte; promove a desonestidade, a venalidade, a relaxação; insufla a cortesia, a baixeza, sob todas as suas formas. De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto. E, nessa destruição geral das nossas instituições, a maior de todas as ruínas, Senhores, é a ruína da justiça, corroborada pela ação dos homens públicos. E, nesse esboroamento da justiça, a mais grave de todas as ruínas é a falta de penalidade aos criminosos confessos, é a falta de punição quando ocorre um crime de autoria incontroversa, mas ninguém tem coragem de apontá-la à opinião pública, de modo que a justiça possa exercer a sua ação saneadora e benfazeja.

Rui Barbosa. **Obras completas de Rui Barbosa**. Vol. XLI. 1914. Internet: <www.casaruibarbosa.gov.br> (com adaptações).

Infere-se do texto CG1A1CCC que

I - a injustiça faz que as “gerações que vêm nascendo” sejam mais desonestas e rudes que as gerações passadas.

II - a injustiça é considerada um empecilho à atuação íntegra e idônea das gerações futuras.

III - a injustiça é responsável pela degradação dos homens, que, desanimados, ficam à mercê do destino.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

4. (SERES-PE – AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA – CESPE – 2017)

Texto 1A1AAA

Após o processo de redemocratização, com o fim da ditadura militar, em meados da década de 80 do século passado, era de se esperar que a democratização das instituições tivesse como resultado direto a consolidação da cidadania — compreendida de modo amplo, abrangendo as três categorias de direitos: civis, políticos e sociais. Sobressaem, porém, problemas que configuram mais desafios para a cidadania brasileira, como a violência urbana — que ameaça os direitos individuais — e o desemprego — que ameaça os direitos sociais.

No Brasil, o crime aumentou significativamente a partir de 1980, impacto do processo de modernização pelo qual o país passou. Isso sugere que o boom do consumo colocou em circulação bens de alto valor e, conseqüentemente, aumentou as oportunidades para o crime, inclusive porque a maior mobilidade de pessoas torna o espaço social mais anônimo, menos supervisionado.

Nesse contexto, justiça criminal passa a ser cada vez mais dissociada de justiça social e reconstrução da sociedade. O objetivo em relação à criminalidade torna-se bem menos ambicioso: o controle. A prisão ganha mais importância na modernidade tardia, porque satisfaz uma dupla necessidade dessa nova cultura: castigo e controle do risco. Essa postura às vezes proporciona controle, porém não segurança, pois o Estado tem o poder limitado de manter a ordem por meio da polícia, sendo necessário dividir as tarefas de controle com organizações locais e com a comunidade.

Jacqueline Carvalho da Silva. **Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas.**

In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, ano 5, 8.ª ed., fev. – mar./2011, p. 84-5 (com adaptações).

De acordo com o texto **1A1AAA**, a restauração da democracia no Brasil evidenciou

- a) a diminuição do controle social decorrente do aumento da mobilidade de pessoas.
- b) o crescimento da produção de bens de alto valor decorrente do aumento do poder de consumo.
- c) a existência de problemas sociais que dificultam a consolidação da cidadania.
- d) a modernidade do mercado interno e das instituições públicas brasileiras.
- e) o medo nas metrópoles provocado pelo aumento da violência urbana e do desemprego.

5. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS-MA – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CARGOS DE TÉCNICO MUNICIPAL – NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2017)

Texto CB3A2AAA

Tinha chegado o tempo da colheita, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência parecia um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la...

Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram e me amarraram com cordas. Era uma prisioneira — era uma escrava! Foi em balde que supliquei, em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas e me olhavam sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos caminhos.

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura, até que aportamos nas praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão, fomos amarrados em pé e, para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez; a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura, asfixiados e famintos.

Maria Firmina dos Reis. **Úrsula**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 116-7 (com adaptações)

No texto **CB3A2AAA**, o trecho “como o rosto de um infante” introduz uma ideia de

- a) comparação.

- b) contraste.
- c) adição.
- d) compensação.
- e) intensidade.

6. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS-MA – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CARGOS DE TÉCNICO MUNICIPAL – NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2017) No texto **CB3A2AAA**, ao utilizar a expressão “Ah! Nunca mais devia eu vê-la...”, a narradora manifesta

- a) uma surpresa.
- b) um lamento.
- c) um desejo.
- d) uma recomendação.
- e) uma dúvida.

7. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS-MA – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CARGOS DE TÉCNICO MUNICIPAL – NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2017)

Texto CB3A2BBB

O reconhecimento e a proteção dos direitos humanos estão na base das Constituições democráticas modernas. A paz, por sua vez, é o pressuposto necessário para o reconhecimento e a efetiva proteção dos direitos humanos em cada Estado e no sistema internacional. Ao mesmo tempo, o processo de democratização do sistema internacional, que é o caminho obrigatório para a busca do ideal da paz perpétua, não pode avançar sem uma gradativa ampliação do reconhecimento e da proteção dos direitos humanos, acima de cada Estado. Direitos humanos, democracia e paz são três elementos fundamentais do mesmo movimento histórico: sem direitos humanos reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo.

Norberto Bobbio. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 1 (com adaptações).

De acordo com o texto **CB3A2BBB**, a condição necessária para que os direitos humanos sejam reconhecidos e efetivamente protegidos nos Estados é a

- a) soberania.
- b) lei.
- c) democracia.
- d) cidadania.
- e) paz.

8. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS-MA – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CARGOS DE TÉCNICO MUNICIPAL – NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2017) Depreende-se do texto **CB3A2BBB** que o avanço do processo de democratização do sistema internacional depende da

- a) flexibilização das fronteiras dos Estados.
- b) eliminação de regimes autoritários.
- c) manutenção de mecanismos que preservem interesses ideológicos e materiais dos Estados.
- d) sobreposição dos direitos humanos aos interesses individuais dos Estados.
- e) existência, em todos os Estados, de condições mínimas para a solução pacífica de conflitos.

9. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS-MA – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CARGOS DE TÉCNICO MUNICIPAL – NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2017)

Texto CB3A2CCC

Fala-se, às vezes, na necessidade que tem a democracia de se defender do que lhe possa ameaçar. Quase sempre, porém, lamentavelmente, o que se vem considerando como ameaças à democracia é o que na verdade a justifica como democracia: a presença atuante do povo no processo político nacional; a voz das classes trabalhadoras que se mobilizam e se organizam na reivindicação de seus direitos; a presença inquieta da juventude brasileira cuja palavra nos é indispensável... Os que procuram “defender” a democracia contra o “perigo” da participação dos trabalhadores e dos estudantes na reinvenção necessária da sociedade sonham com uma democracia sem povo.

Paulo Freire. In: Ana Maria Araújo Freire (Org.). **Paulo Freire: uma história de vida**. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2006, p. 405 (com adaptações)

Assinale a opção que apresenta a tese central do texto **CB3A2CCC**.

- a) As classes trabalhadoras precisam se organizar para lutar pelos seus direitos.
- b) A democracia é ameaçada pelas pessoas que temem a participação popular no processo político nacional.
- c) A juventude brasileira, cuja atuação é fundamental para a defesa da democracia, é passiva.
- d) A democracia dispensa a participação efetiva do povo no processo político nacional.
- e) As organizações estudantis representam uma ameaça para o processo democrático.

10. (TCE-PA – CONHECIMENTOS BÁSICOS – AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2016)

Texto CB1A1BBB

Estranhamente, governos estaduais cujas despesas com o funcionalismo já alcançaram nível preocupante ou que estouraram o limite de gastos com pessoal fixado pela Lei Complementar n.º 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estão elaborando sua própria legislação destinada a assegurar, como alegam, maior rigor na gestão de suas finanças. Querem uma nova lei de responsabilidade fiscal para, segundo argumentam, fortalecer a estrutura legal que protege o dinheiro público do mau uso por gestores irresponsáveis.

Examinando-se a situação financeira dos estados que preparam sua versão da lei de responsabilidade fiscal, fica difícil aceitar a argumentação. Desde maio de 2000, quando entrou em vigor a LRF, esses estados, como os demais, estão sujeitos a regras precisas para a gestão do dinheiro público, para a criação de despesas e, em particular, para os gastos com pessoal. Por que, tendo descumprido algumas dessas regras, estariam interessados em torná-las ainda mais rigorosas?

Não foi a lei que não funcionou, mas os responsáveis pelo dinheiro público que, por alguma razão, não a cumpriram. De que adiantaria, então, tornar a lei mais rigorosa, se nem nas condições atuais esses responsáveis estão sendo capazes de cumpri-la? O problema não está na lei. Mudá-la pode ser o pretexto não para torná-la mais rigorosa, mas para atribuir-lhe alguma flexibilidade que a desfigure. O verdadeiro problema é a dificuldade do setor público de adaptar suas despesas às receitas em queda por causa da crise.

Internet: <<http://opinioao.estadao.com.br>> (com adaptações).

De acordo com o texto, as normas da LRF dispõem principalmente sobre gastos com pessoal, pois esse tipo de gasto causa mais problemas para os responsáveis pela gestão do dinheiro público.

() CERTO () ERRADO